



ReLePe



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação
6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

**REDES DE POLÍTICAS: CONFIGURAÇÕES MUNDIAIS (AS)SIMÉTRICAS
DO PÚBLICO-PRIVADO E SUA INCIDÊNCIA SOB AS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO, NO TEMPO PRESENTE**

Úrsula Adelaide de Lélis
Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil
E-mail: ursulalelis@gmail.com

Wane Elayne Soares Eulálio
Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil
E-mail: wane.eulalio@ig.com.br

Leonice Matilde Richiter
Universidade Federal de Uberlândia - Brasil
E-mail: r.leonice@pontal.ufu.br

Vilma Aparecida de Souza
Universidade Federal de Uberlândia - Brasil
E-mail: vilma.souzza@gmail.com

Trabalho de natureza teórica

Resumo: a análise das configurações (as)simétricas da esfera público-privada, em nível mundial, e sua incidência atual sobre as políticas públicas para a educação é o foco deste texto. Partindo de uma análise localizada do público-privado, no Brasil, avançamos em nível mundial, nas relações que estão sendo gestadas nesse âmbito, através de Redes de Políticas. Em seguida, recortamos uma organização que tem ganhado espaço e legitimidade social nas políticas públicas educacionais brasileiras: o “Movimento Todos pela Educação”, formado por um grupo de empresários brasileiros que, desde 2006, tem assumido protagonismo, na agenda das políticas públicas de educação.

Palavras-chave: Redes de políticas. Público-privado. Movimento Todos pela Educação.

Introdução

A mundialização do sistema do capital impôs e continua ditando regras para a organização das sociedades, de modo a garantir a lógica produtiva da mais-valia e sua conseqüente produção ascendente de lucros.



No período “(contra-)reformatório”¹ brasileiro, iniciado nos anos 1990, por meio do discurso da pareceria entre os diversos “setores” da sociedade², para construção da justiça social, e sob forte tendência das políticas neoliberais, governos, sociedade civil e sistema produtivo passaram a estabelecer relações de parceria, especialmente em um chamado “terceiro setor”, no qual se abrigam parcerias público-privadas (PPP’s). Tais parcerias defendem os princípios da descentralização, focalização e privatização dos bens e serviços públicos, repassando-os, gradualmente, ao mercado – especialmente quando geram lucros imediatos – considerado mais eficiente e eficaz para a gestão das políticas públicas. Assim, as áreas de telefonia, produção de aço, energia, por exemplo, foram privatizadas, e outras se submeteram às estratégias do “quase-mercado”, propugnadas pelas PPP’s: educação, saúde, previdência etc.

Nesse âmbito, redefine-se o papel do Estado, que se afasta da função provedora³ para assumir o papel de regulador e avaliador das políticas públicas sociais. Outrossim, a gestão da educação passa a ser, profundamente, influenciada pela racionalidade gerencial, provocando significativas mudanças nos sistemas de ensino, como a expansão do ensino superior privado, pressionada pelo mercado e pela esfera público-privada, que já não se restringem mais às determinações locais: grupos internacionais já se organizam em redes, insuflando, mundialmente, suas proposições e políticas.

¹ Ao referir-se às reformas do Estado na América Latina, Montaño (2003) utiliza o termo “(contra-)reforma”, já que, segundo esse autor, elas procuraram reverter as reformas desenvolvidas, historicamente, por pressões e lutas sociais e dos trabalhadores, ressignificando o termo reforma no processo latino-americano. Por concordarmos com tais fundamentos e posicionamentos, utilizamos, neste trabalho, o termo “(contra-)reforma” para nos referirmos às reformas do Estado brasileiro, a partir dos anos 1990.

² Essa concepção fundamenta-se na teoria positivista da “Trissetorialidade Social”, que postula a sociedade formada por setores independentes, desarticulados da totalidade social, personificando Estado, mercado e sociedade civil, em uma visão fragmentada do corpo social. Ao contrário, defendemos a sociedade como um complexo enteamento político, social, econômico e cultural de relações, uma arena de contradições, disputas, lutas e interesses de classes.

³ Cabe salientar que a função provedora do Estado não se limitava ao campo social, mas, principalmente, a garantir as condições gerais de produção para o mercado; papel esse que não foi abandonado pelo Estado. Ainda lhe compete construir e manter estradas, portos, regular a legislação trabalhista, etc.



No contexto desta mundialização das políticas públicas, este artigo lança foco sobre as Redes de Políticas, analisando suas dimensões (as)simétricas nas atuais configurações mundiais do público-privado e sua incidência nas políticas públicas de educação. Nessa via, objetiva discutir alguns suportes teóricos sobre a constituição das Redes de Políticas, no mundo, e sua atual configuração no Brasil, para o que toma o “Movimento Todos pela Educação” (MTE), organização de cunho empresarial, criada com fins de intervenção na Educação e para contribuir com a “melhoria da qualidade de vida da população brasileira através da competitividade do país” (EDUCAÇÃO PARA TODOS, 2012).

2 As organizações público-privadas

Para discutir alguns suportes teóricos sobre a constituição das Redes de Políticas no Brasil, incrustada à tendência mundial, e tecer análises sobre o “Movimento Todos pela Educação” (MTE) – um dos representantes legítimos dessa Rede, no País –, julgamos ser pertinente registrar breves considerações sobre como as organizações público-privadas ganharam campo e notoriedade aqui, seguindo o protocolo de revivificação do capital, em curso desde as décadas finais do século XX.

Sublimando a privatização da dinâmica e da gestão do Estado pelo discurso da parceria que levaria à construção de uma sociedade justa para todos, com maior evidência após as “(contra-)reformas” do Estado, nos anos 1990, um denominado “terceiro setor” tem se configurado como um forte aliado das políticas neoliberais contemporâneas. Por outro lado, ele também tem fomentado novas agendas para a sociedade civil, mediante a constituição de parcerias e alianças entre essa e os governos públicos e o sistema produtivo. Consolidam-se, assim, novos modelos de regulação social em substituição ao clássico papel do Estado como provedor de bens públicos.

A ação advogada pelas entidades componentes desse “terceiro setor” converte direitos sociais em “benefícios”, representando uma inversão da função do Estado e um retrocesso na garantia de certos direitos sociais, que passam para o âmbito privado do mercado, ou para o da “filantropia social”. As



demandas que antes, no modelo tipo *Welfare State*, se encontravam sob responsabilidade da esfera estatal, dentro do “novo” modelo neoliberal de atendimento, ficam a *mercê* da caridade, da ajuda mútua e da auto-ajuda (MONTAÑO, 2003).

Antunes (2002, p. 112) avalia que o “terceiro setor” – e as organizações público-privadas que emergem no seu campo – “[...] é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital, visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto”. Nesse processo, tem-se a implementação de estratégias de natureza “público-privada”, que indicam a quebra da linha divisória entre o público e o privado, com perda da característica eminentemente pública, a mesclagem do público com o privado e a atenuação do papel do Estado, que passa de provedor a fiscalizador da oferta de serviços, principalmente na área social (AFONSO, 2000).

Transportam-se para a esfera público-privada as demandas provenientes dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se busca o consenso⁴ social, através da persuasão dos cidadãos, levando-os a crer que o que acontece não é uma perda de direitos, e, sim, uma ampliação do seu poder de escolha e acesso a serviços de melhor qualidade. Essas estratégias ocasionam a privatização do público, tanto para o âmbito privado, como para o do “público-privado”.

Na educação, essas estratégias privatizantes materializam-se, principalmente, através de novas modalidades de financiamento, fornecimento, gestão e regulação estabelecidas nas “(contra-)reformas” educacionais, ampliando a atuação privada e a “público-privada”.

O rearranjo “público-privado” congrega, em seu fundamento – além de uma articulação rigorosamente planejada de desoneração do Estado – um movimento de desestatização da esfera pública e um investimento na ampliação das possibilidades de maximização de lucro das empresas.

⁴ O termo consenso é utilizado, nesse trabalho, no sentido gramsciano, enquanto elemento balizador da hegemonia.



Alimentadas pela propaganda midiática, há, na sociedade, em geral, e, também, no mundo acadêmico, concepções e ideias amplamente divulgadas dessa “nova” cidadania, que se apóiam em uma matriz teórica, fundamentada no positivismo, percebendo a ampliação das organizações público-privadas como uma produção natural do desenvolvimento da sociedade, isto é, uma resposta ao seu próprio percurso. Constituindo uma “rede de solidariedade social”, defende-se a ideia de que essas organizações são capazes de reunir todos os sujeitos sociais em prol do bem-comum, através de parcerias bem sucedidas, focalização e gerenciamento eficiente de serviços e recursos.

Instauradas nessa configuração instrumentalizada do público-privado, várias ordenações jurídicas desempenham múltiplos papéis, que vão desde a defesa de causas individuais localizadas a causas humanitárias coletivas. Essa generalidade alcançada por essas entidades garante que elas possam assumir funções públicas ou coletivas, o que lhes concerne focos diferenciados, já que nem tudo que é coletivo tem caráter público, ao passo que a assertiva contrária é (ou deveria ser) verdadeira.

No Brasil, as formas de organização, na esfera pública-privada, são variadas: associações, fundações, Organizações Não-governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), dentre outras. A Lei nº 9.790/99, criou a figura jurídica das OCIP's, normalizou a sua qualificação, e instituiu e disciplinou o “Termo de Parceria”. Essa legislação, na verdade, legalizou, no Brasil, uma figura criada pela “(contra-) reforma” do Estado brasileiro, nos anos 1990: as organizações sociais.

Ao tentar diferenciar-se das organizações originadas no âmbito estatal ou mercadológico, a esfera público-privada vive a contradição de negar a “[...] lógica do Mercado e do Estado, [mas recorrer] [...] a esses dois setores para obter uma parte significativa dos seus recursos financeiros, gerando situações de colaboração, dependência e mesmo de subordinação” (FALCONER; VILELA, 2001, p. 16).

Montaño (2003, p. 12) avalia que



é justamente esse caráter “substitutivo” e não complementar que desmascara as supostas “parcerias” entre o “Estado e a Sociedade”. Ao abandonar-se a constituição de redes públicas permanentes capazes de oferecer bens e serviços justamente onde eles são mais necessários, ficam evidentes a fragmentação das ações e o seu caráter emergencial e provisório. [...]. Caímos no reino do “minimalismo”, onde pequenas soluções *ad hoc* são mostradas como grandes exemplos pelo governo e pela mídia.

Entendemos que essa é uma das grandes tarefas da esfera público-privada, no atual contexto de reestruturação do capital: apresentar-se como provedora de ações complementares às estatais, fazendo parte do plano neoliberal de minimização do Estado, ao máximo, nas suas ações sociais e fomentando, ao mesmo tempo, a geração de lucro de empresas, grupos, organizações.

Empresas investem, anualmente, em projetos sociais, milhões de reais, frutos da isenção tributária estatal e da extorsão da mais-valia. Ao mesmo tempo, suprimem direitos e conquistas trabalhistas, flexibilizam e precarizam as relações de trabalho, enquanto dedicam-se às “causas sociais”. Nesse sentido, o ativismo social empresarial tem relação direta com a reestruturação produtiva. É a “nova variável dos negócios”, o “negócio dos negócios”, que vem alçando seus planos para as “causas sociais”, com veemência, na área educacional, já que essa tem, além de outras benéficas, a capacidade de disciplinar cabeças e corpos à lógica do mercado (BEGHIN, 2005; MONTAÑO, 2003).

Ao alterar um padrão de resposta social sistêmica e universal às demandas sociais – de responsabilidade da sociedade e governança estatal – substituindo-a por uma individual, aleatória, baseada nas parcerias da sociedade civil, o público-privado desresponsabiliza o Estado de suas tarefas, maximiza o seu papel regulador-avaliador, desonera o capital da obrigatoriedade de sustentar ações civis e empreende, no cidadão comum e nas comunidades, uma auto-responsabilização pela sua situação e necessidades. Como observa Dupas (2003, p. 19), “[...] o poder do Estado vai



sendo substituído pela influência direta de organizações instrumentais que perseguem a realização contextual de objetivos particulares”.

A “propaganda eficiência” das ações público-privadas é altamente ideológica, mítica, favorável ao plano reestruturador do capitalismo, e, em momento algum, atesta qualquer garantia de qualidade em relação ao Estado. E, nesse contexto, o público e o privado acoplam-se nessa sofisticada estratégia de rearranjo social.

3 As redes de políticas públicas educacionais

Retomadas algumas questões que julgamos pertinentes ao entendimento de como as organizações público-privadas vêm, com maior incidência, a partir da década de 1990, assumindo certo protagonismo nas ações sociais, no Brasil, passamos a analisar como, a partir daquela década, e com veemência, neste início do século XXI, essas ações têm alcançado convergências mundiais.

As políticas educacionais em curso, no Brasil, sob influência de organizações público-privadas, instauradas, inclusive, junto a órgãos público-governamentais, têm se voltado, com mais incidência, ao pronto-atendimento das demandas dos setores produtivos nacionais e internacionais.

Essas organizações público-privadas têm traçado metas e programas que ganham corporeidade legal nas políticas públicas para a educação, realizando um processo em curso, mundialmente, conhecido como “Rede de Políticas” (BALL, 1998), que se tece em uma conjuntura de disputas de concepções e interesses produtivos e financeiros para o âmbito educacional. Na “teia” dessa Rede, encontram-se, em disputas, organismos e instituições nacionais e internacionais, agências multilaterais, grupos e indivíduos, com ação nacional e mundial, alocados, especialmente, no sistema produtivo e financeiro, mas, desenvolvendo ações que incidem, direta e indiretamente, sobre os rumos da política educacional.

Analisando essa configuração que vem se desenhando em nível internacional, Ball (1998, p. 123) sublinha que



the dissemination of these influences internationally can be understood in at least two ways. Firstly and most straightforwardly, there is a flow of ideas through social and political networks; the "inter-national circulation of ideas" [...] In some contexts this movement "carries" ideas and creates a kind of cultural and political dependency which works to devalue or deny the feasibility of 'local' solutions. [...]. There is also the activity of various "policy entrepreneurs" , groups and individuals who "sell" their solutions in the academic and political market-place - the "self-managing school" and "school effectiveness" and "choice" are all current examples of such entrepreneurship which takes places through academic channels - journals, books, etc. - and via the performances of charismatic, travelling academics.

Essa nova modalidade de colonização, agora em rede mundial, como explicitado pelo autor (1998), atinge o plano internacional tanto pelo nível ideológico, circulando ideias e propostas de agendas, quanto pela atuação direta de empresários da política e da economia interessados em “vender” suas soluções, produtos e programas, criando condições para a instalação de um mercado educacional, que vai desde a comercialização de apostilas, como a proposta de Escolas Charter, como de consultorias administrativo-pedagógicas. Nesse movimento, a educação tem-se constituído num *locus* de disputa, não mais entre classes, mas, sim, entre propostas empresariais, um terreno de captura da “[...] interação complexa de identidades, interesses, coalizões e conflitos nos processos e nos atos de política” (BALL, 2011, p. 47).

Para aprofundarmos nessa discussão, faz-se necessário retomarmos algumas considerações sobre como os fluxos dos ideais neoliberais, assumidos por grupos de empreendedores interessados no campo da educação, estão cada vez mais ativos e influenciam a agenda educacional, tanto no cenário internacional, como na realidade brasileira, tomando como objeto de análise o “Movimento Todos pela Educação”.

3. 1 Neoliberalismo e Redes de Políticas

Na abordagem de Hill (2003), a diferença entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo atual (baseado no ideário de Hayek) é que o primeiro desejava diminuir o tamanho do Estado, para que, assim, as empresas privadas



pu dessem lucrar, estando, relativamente, livres das legislações, como também livre de custos de altos impostos necessários para a manutenção do Estado de bem-estar social. Já o neoliberalismo, segundo o autor (2003), demanda um Estado forte para prover os seus próprios interesses. Essas modificações não denotam um Estado fraco ou a ausência de controle, mas, sim, a construção de uma nova lógica, na qual o Estado avalia, controla e monitora; contudo, não presta, necessariamente, os “[...] serviços de educação – criando, por conseguinte, novas oportunidades de lucro para o setor privado” (BALL, 2010, p.489), inclusive ao tornar-se comprador desses serviços.

Para Gentili (1998, p.107), uma das ênfases neoliberais é a da “necessidade de reformular o próprio papel do estado (*sic.*)”, que, no âmbito dos gastos, busca “garantir um deslocamento do protagonismo estatal em matéria de gastos público social”, seja pela descentralização seja pela privatização. É, nessa condução, que o setor público é marcado por um “paradoxo do Estado neoliberal”, que, para Afonso (1998, p.168), no campo da educação, de um lado, busca controlar mais de perto os resultados escolares e educacionais e, por outro, “tem que partilhar esse escrutínio com os pais e outros ‘clientes’ ou ‘consumidores’”, configurando um mecanismo de “quase-mercado”, “[...] em que o Estado, não abrindo mão da imposição de determinados conteúdos e objetivos educacionais”, permite, ao mesmo tempo, que os resultados/produtos do sistema educativo sejam também controlados pelo mercado.

Seguindo essa perspectiva, as relações mercantis de concorrência são impulsionadas para o interior do sistema escolar: a retórica da flexibilidade, da liderança e do empreendedorismo passa a caracterizar as relações com base nos princípios do mercado. Assim, além de reduzir os gastos públicos com a educação, segundo Hill (2003), as experiências, na Grã-Bretanha e nos EUA, apontam que se concretizam mais interesses da classe capitalista sobre a educação. O autor (2003, p. 25) apresenta três planos concomitantes e relacionados que estão em jogo:



1- um Plano de Negócios *para* a Educação: este se concentra em, socialmente, produzir a força de trabalho (a capacidade das pessoas para trabalhar) para as empresas capitalistas; 2- um Plano de Negócio *na* Educação: este se concentra em liberar as empresas para lucrar com a educação; 3- um Plano de Negócios para as Empresas Educacionais: este é um plano para as “Edubusinesses” (empresas educativas) inglesas e americanas lucrarem com as atividades internacionais privadas.

Em relação ao terceiro ponto citado, o autor (2003) trabalha a agenda empresarial internacional (companhias britânicas e americanas) que estão na vanguarda da privatização internacional, o que nos faz compreender o empenho na disseminação e consolidação dessas ideias em escala mundial, visto que há interesse, tanto em relação às operadoras ‘domésticas’ (se defendendo de empresas estrangeiras), quanto na abertura, para que esses serviços possam ser exportados e garantir novas oportunidades no comércio no exterior. Exemplifica Hill (2003) o caso da empresa britânica de educação *Universities School of Education* que tem exportado serviços para a Rússia e a Ucrânia. Nesse cenário, segundo ele (2003, p.36), é o próprio governo que tem a intenção de “maximizar o potencial de exportação de todos os serviços (chamados) públicos”. Hill (2003), ao analisar as estratégias de privatização nas PPP’s, especialmente ao mencionar, no relatório do Banco Mundial, “Estratégia para o setor educacional de 1999” (no item “Parcerias”), aponta como esse processo já ganhou vida, direção e solidez em muitos países.

Segundo Robertson (2012), dos anos 1980 em diante, importantes agências internacionais – como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – atuaram de forma, cada vez mais instrumental, na promoção global das ideias do livre mercado, e foram devastadoras as consequências que se seguiram. Para Robertson (2012), em sua análise acerca das orientações do Banco Mundial, o “neoliberalismo”, como paradigma ideológico que orienta essa agência, mesmo em crise e com as consequências negativas para o crescimento econômico, dá mostras de que a economia de livre mercado está mais viva e forte, como explicita o relatório “Estratégia 2020 para a Educação” (*Education Strategy 2020*) (WORLD BANK, 2011), desse



Banco. O Banco Mundial “[...] prossegue discutindo em favor de *um maior papel para si na governança global*, assim como defendendo um papel expandido para o setor privado de desenvolvimento” (ROBERTSON, 2012, p.284, grifo nosso).

Aponta Robertson (2012, p.295) que,

estrategicamente, podemos ver como ao longo do tempo o BM usou contínuas crises políticas e econômicas fazendo com que seguisse *reinventando sua agenda de privatização da educação*. Podemos ver uma série de estratégias e táticas diferentes sendo promovidas, cada qual acionada por uma crise. Inicialmente, podemos ver uma mudança do Consenso de Washington privilegiando o pagamento de serviços públicos e as escolas privadas para a posterior promoção de PPP’s sob um neoliberalismo reinventado pós-Consenso de Washington (embora as economias de livre mercado mantenham-se como a lógica dominante guiando a provisão privada e o financiamento estatal), para a colocação mais recente da *Estratégia 2020 para a Educação*, que redefine o sentido de um sistema de educação para que agora inclua, e anexe, o setor privado (lucrativo ou não) como ator-chave por *dentro*, e não por *fora*, do sistema de educação. Cada movimento para frente expandiu o âmbito e a agenda do BM, em vez de restringi-lo (grifos do autor e nossos).

Há um leque de agências multilaterais trabalhando para criar outros espaços para a “privatização” e a participação do setor privado na prestação de serviços públicos (BALL, 2004). E, na visão de Ball (2010), a educação está, cada vez mais, suscetível aos processos de mercantilização e privatização, que têm se configurado como algumas das principais características da política de educação global, no século XXI; processo presente mesmo em países com posições econômicas e histórias culturais/políticas significativamente distintas, embora, possam ser diferentes as formas e as tecnologias pelas quais a lógica neoliberal se materializa em cada país.

Ball (2010, p.489) destaca que, através do mercado, do emprego das “[...] tecnologias de desempenho e liderança, o Estado age como um ‘agente mercantilizador’, transformando a educação em uma mercadoria e em partes contratáveis”, reforma as instituições, para torná-las homólogas a empresas, assim cria as condições para a operação do setor privado.



Ball (2010, p. 485-486) avança em seus argumentos e salienta que

a expansão rápida e massiva da participação do setor privado na educação pública é certamente impulsionada pelos dois lados da relação de troca, o da oferta e o da demanda. A privatização é atrativa para governos e agências multilaterais como 'soluções' para o 'problema' da reforma do setor público (com a promessa de aumento da produtividade, introdução de inovações e redução de custos) e é uma nova (e relativamente segura) oportunidade de lucro para o capital (grande e pequeno), particularmente em um momento em que outras áreas de atividade comercial estão em recessão (grifos nossos).

Ainda nessa perspectiva, este autor (2010) afirma que, nesse movimento, se desenvolve um processo de privatização, tanto endógeno, quando a educação pública é 'marketizada' de dentro para fora, quanto uma privatização exógena, com a 'terceirização' de serviços por fornecedores privados. O setor privado deve ser a referência do setor público para se reformar (tanto instituições quanto os próprios profissionais); contudo, isso ocorre de modo capilar, ou seja, com a introjeção de novos métodos, sensibilidades, valores e novas formas de relações sociais na educação pública.

O campo da educação passa a ser, duplamente, marcado, pois, de um lado, a lógica neoliberal tem requisitado a formação de novas subjetividades, no interior da escola para o mundo do trabalho, e, de outro, incidido novas configurações e subjetividades sobre a própria escola e dos profissionais da educação. Em ambos os casos, a tecnologia estatística parece ter se constituído em um forte mecanismo para verificação do cumprimento das metas, no campo educacional e de responsabilização, o que é justificado na busca para superar a perspectiva do profissionalismo burocrático. Na perspectiva neoliberal, tanto o "[...] unionismo quanto profissionalismo-burocrático são vistos como fatores que contribuem para as 'falhas' do sistema planejado de provisão pública e como os maiores obstáculos no caminho do desenvolvimento de mercados sociais 'efetivos'" (BALL, 2006, p.14).



A formação desse novo perfil profissional, a inserção de hábitos da produção privada e de suas sensibilidades comerciais e moral, na prática educativa pública, é uma estratégia presente na agenda neoliberal. Não mudamos com a privatização apenas nossa maneira de fazer as coisas, mas, para Ball (2004, p.1120), mudamos também “[...] nossa maneira de pensar a respeito do que fazemos e nossa maneira de nos relacionarmos conosco e com outras pessoas e coisas significativas”; há a formação de novas subjetividades.

Analisando as configurações que se delineiam por meio desse processo, Gentili (1998, p. 114) afirma que a interpretação meritocrática do neo-economicismo baseia-se na destruição da lógica dos direitos e na imposição de uma lógica mercantil, que requer esforço, trabalho e espírito competitivo, para a criação do consumidor-cidadão.

A educação, nessa lógica, prepara para o desempenho no mercado, e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva, na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho, onde somente os ‘melhores’ conseguirão obter sucesso (GENTILI, 1998).

Como podemos depreender, os fluxos dos ideais neoliberais, assumidos por grupos de empreendedores e interessados no campo da educação, estão, cada vez mais, ativos e influentes na agenda educacional. Ball (2010) exemplifica como estão presentes, em muitos países, institutos que fazem parte de uma Rede Transnacional de Defesa Neoliberal (*Transnational Advocacy Network* – TAN). Essas Redes ultrapassam fronteiras nacionais, difundem suas causas, ideias e valores, com o objetivo de influenciar políticas internacionais e as pessoas comuns do dia-a-dia.

No Brasil, um grupo de empresários tem se interessado e se dedicado, particularmente, à difusão de seus ideais financeiros e políticos, na agenda da educação, e tem se incumbido em materializar diferentes ações e estratégias de parcerias público-privadas, levando adiante seus interesses.



Nesse texto, tomamos o “Movimento Todos pela Educação” (MTE), organizado por um grupo de empresários brasileiros que, desde 2006, tem assumido protagonismo, na agenda das políticas públicas de educação, como observamos, por exemplo, no próprio Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A atuação do “Movimento Todos pela Educação” se consolida como veículo de difusão de ideais neoliberais, fazendo a defesa das parcerias público-privadas e impetrando, em tal agenda, mecanismos, eminentemente, voltados para a geração de lucros, com a adoção de princípios mercadológicos. Tal organismo não se caracteriza como uma ação isolada, mas, sim, peça de uma engrenagem maior, que tem como propósito reorientar a gestão da educação, através de Redes de Políticas.

O Apêndice 1 deste trabalho apresenta algumas ramificações desse Movimento, tanto em nível nacional, quanto internacional. Ao analisar essa Rede, podemos constatar o imbricado feixe de relações que se desenham entre empresas, grupos e sujeitos, tornando, ainda mais tênues, as fronteiras entre o público e o privado, na agenda da gestão da educação.

3.2 O “Movimento Todos pela Educação” (MTE) e a educação brasileira

O MTE foi criado em 2006 por grupos empresariais de elite, com histórico de atuação na educação pública. O documento “Todos pela Educação: 5 anos, 5 metas, 5 bandeiras” apresenta o Movimento como apartidário, heterogêneo e plural, formado por representantes de diferentes setores da sociedade, comprometidos com a garantia do direito humano e constitucional da Educação Básica de qualidade. Com atuação nacional e internacional, é financiado pela iniciativa privada – empresas com excelência em práticas de responsabilidade social corporativa e em ações de investimento social (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012).

O Movimento é liderado pelo Banco Itaú Unibanco Holding S.A., em articulação com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), uma OSCIP criada com fins de intervenção na educação, idealizado pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter, em novembro de 2001. O MBC “[...] busca contribuir para



a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, através do aumento da competitividade do país"⁵. Além dessa articulação, o grupo Itaú contou com a adesão de outras entidades e organizações, denominadas por Evangelista e Leher (2012, p. 7) de "frações do capital"⁶, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupos de Institutos e Federações e Empresas (GIFE) e Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social.

De acordo com Martins (2008, p. 4), o MTE surge no "[...] complexo contexto de redefinições das relações de hegemonia e do projeto de educação para os países periféricos". Tal contexto pode ser explicado quando intelectuais e organizações do capital passam a assumir um papel decisivo no processo de estabelecimento de bases políticas e sociais, para legitimarem a configuração mais recente do capitalismo no Brasil. Certos grupos políticos, preocupados em assegurar a posição de classe dominante-dirigente, passam a apresentar receituários como viáveis "soluções" para os problemas advindos com as políticas neoliberais.

O "Movimento Todos pela Educação", apontando propostas e enunciados para reorientar a Educação Básica do país, traz, em seu discurso, formulações como "o afloramento da 'nova cidadania', o surgimento do 'novo coletivismo', o fortalecimento da 'nova sociedade civil' e a necessidade do 'Estado gerencial'" (MARTINS, 2008, p. 1).

Como vimos analisando, esse fenômeno político insere-se na dinâmica de intensificação e manutenção das relações sociais capitalistas, reconhecidas por Chesnais (2005) como expressão da atual fase capitalista, marcada pela financeirização da economia. Nessa fase atual, fenômenos políticos, econômicos, tecnológicos e culturais, que acontecem na esteira do movimento de reorganização do capital, em escala mundial, dissimulam as desigualdades sociais e legitimam políticas neoliberais que promovem a recomposição dos processos produtivos e de circulação, para garantirem a valorização do capital financeiro mundializado.

5

Disponível

em:

<http://www.mbc.org.br/mbc/novo/index.php?option=conteudo&Itemid=20&Itemid=20>

⁶ Expressão utilizada para designar o bloco de poder liderado pelo setor financeiro.



Chesnais (2005), analisando o processo de mundialização financeira, evidencia que o capital financeiro adquire certa autonomia sobre o processo de produção e do comércio, deixando de ser o complemento dessas duas esferas e passando a exercer, sobre elas, certa imposição. Nessa dinâmica, o sistema financeiro mundializado passa a operar em prol dos mercados globalizados, por meio da desnacionalização das sociedades, alimentado com políticas de ajuste fiscal, liberalização, desregulamentação e privatização, impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos Estados financeiramente dependentes (CHESNAIS, 2005).

Diante disso, Martins e Neves (2010) identificam a consolidação de uma nova pedagogia da hegemonia como forte aliada dessa nova fase do Estado capitalista no cenário brasileiro. Segundo os autores (2010), nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI, numa nova dimensão do Estado capitalista, tem-se a instalação de uma nova pedagogia da hegemonia, materializada a partir de ações efetivas, na aparelhagem estatal e na sociedade civil. A principal característica dessa nova pedagogia da hegemonia é criar condições para o exercício da dominação de classe, por meio da legitimação de iniciativas políticas de organizações e pessoas responsáveis pela definição de formas alternativas de ação social (MARTINS; NEVES, 2010).

Essa nova pedagogia da hegemonia legitima a ação das organizações público-privadas e promove a ressignificação de concepções e práticas, provocando uma “repolitização da política”, uma redefinição da participação política voltada ao fortalecimento da coesão social de acordo com os parâmetros do projeto neoliberal da Terceira Via (MARTINS; NEVES, 2010).

Nesse cenário, a valorização da educação escolar, assumida como prioridade pelas organizações internacionais, pode ser analisada como uma ação para direcionar a formação do novo cidadão de acordo com as orientações da nova pedagogia da hegemonia. Podemos compreender que foi nesse movimento de redefinições das relações de hegemonia que foi gestado um projeto de educação para os países periféricos, assumido, no Brasil, pelo



grupo de intelectuais orgânicos do capital⁷ que sustenta o TEM, passando a influenciar, incisivamente, as propostas para Educação Básica brasileira.

O projeto “Compromisso Todos pela Educação” sistematiza as ações desse Movimento e objetiva mobilizar a iniciativa privada e o “terceiro setor” para atuarem com proposições para a definição de uma agenda empresarial para o campo da educação. Esse projeto conseguiu muitas adesões da sociedade civil e do próprio governo federal, que, por meio do PDE, assumiu, plenamente, a interlocução com a agenda do “Todos pela Educação” (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011).

Essa interlocução vem promovendo uma agenda empresarial para a educação brasileira, introduzindo discursos e referências que objetivam “[...] criar uma nova consciência, uma nova sensibilidade social com relação ao direito à educação e à responsabilidade social que o exercício desse direito implica” (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 224). Nesse processo, o MTE apela para um “pacto social”, reafirmando um sentido e um significado da educação pública, como parte do conjunto de estratégias políticas do “terceiro setor”, que propõe a reinvenção da “sociedade civil”, como uma esfera autônoma do mercado e do Estado, que deve ser orientada para a “coesão social”, restaurando a solidariedade entre as classes sociais e diferentes grupos; uma nova política (GIDDENS, 1999).

Martins (2008, p. 6) afirma que é notório o envolvimento de diferentes intelectuais, no MTE, e que tal organismo “[...] vem atuando para assimilar um número, cada vez maior, de intelectuais orgânicos, em torno de seus interesses, procurando, assim, ampliar o alcance de suas iniciativas político-ideológicas”, consolidando um pacto em defesa da educação pública.

A inserção do TEM, na sociedade civil, defendida em nome de um compromisso comum para o bem da nação, na verdade, representa “[...] uma forma inovadora de se obter consenso para o exercício da dominação”, tendo como palavras de ordem expressões como “cidadania”, “colaboração”,

⁷ Grupo de intelectuais responsáveis pela “formulação, adaptação e disseminação, em diferentes linguagens, das ideias que fundamentam a nova concepção de mundo e práticas político-ideológicas da burguesia industrial” (MARTINS; NEVES, 2010, p. 25).



“responsabilidade social”, que passam a ser repetidas de forma intensa, nos meios de comunicação, nas propagandas empresariais e governamentais, entranhando-se no senso comum latino-americano (MARTINS, 2008, p. 12).

Com o propósito de sistematizar ações para a consolidação de uma agenda educacional, o MTE conta com uma estrutura organizacional constituída por três áreas que funcionam de maneira interligada e complementar (QUADRO 1).

Quadro 1 - Estrutura Organizacional do Movimento Todos pela Educação

Área Técnica	Área de Comunicação e Mobilização	Área de Articulação e Relações Institucionais
Ofertar informações e gerar conteúdo sobre Educação, tendo como referência as 5 Metas e as 5 Bandeiras.	Comunicar para toda a sociedade brasileira a causa da Educação, o Todos Pela Educação e as 5 Metas e 5 Bandeiras.	Formar e fortalecer a rede de parceiros do movimento.
Acompanhar o cumprimento das 5 Metas nos municípios e estados.	Reconhecer e disseminar as melhores práticas para toda a sociedade.	Influenciar o desenho e a implementação de políticas públicas, programas e projetos de Educação.

Fonte: Todos pela Educação (2012).

Essa estrutura organizacional tem como finalidade garantir a realização da proposta do Movimento e a devida administração da organização, e as suas áreas técnicas implementam uma série de ações que podem ser compreendidas como estratégias articuladas para uma hegemonia no âmbito educacional (MARTINS, 2008).

Nesse rol de estratégias, na área de “Articulação e Relações Institucionais”, o MTE tem investido em articulações com os gestores da educação pública brasileira, promovendo e participando de eventos decisivos, no cenário da gestão da política educacional, e, até mesmo, ocupando postos-chaves na educação. Tal afirmação pode ser comprovada por meio da análise das trajetórias dos partícipes do MTE e suas inserções em postos na educação brasileira.



Muitos sócio-fundadores e membros do MTE ocuparam ou ocupam lugares estratégicos nos espaços e órgãos de gestão da política educacional brasileira, como se pode observar no Quadro 2.

Quadro 2 - Representantes do MTE e suas áreas de atuação

Representantes do MTE	Atuação
Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente)	Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, criada pela presidente D. Rousseff em maio de 2011, vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República.
Maria Auxiliadora Seabra Rezende (membro da Comissão Técnica)	Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)
Mozart Neves Ramos (Sócio-Fundador)	Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED)
Maria do Pilar Lacerda A. e Silva (Sócia-Fundadora)	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)
Fernando Haddad (Sócio-Fundador)	Ministério da Educação
Marcelo Nery (Sócio-Fundador)	Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Cesar Callegari (Foi membro do Conselho de Governança)	Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (2012). Representações no Conselho Nacional de Educação (CNE)
Reynaldo Fernandes (membro da Comissão Técnica)	Ex-presidente do INEP. Representações no Conselho Nacional de Educação (CNE),

Fonte: Todos pela Educação (2012).

Apesar de ser um organismo "autônomo", em relação ao governo e ao Estado, enquanto iniciativa do setor empresarial, o MTE constrói articulações com as instâncias de gestão da educação pública. Com isso, o empresariado passa a ter grande expressão na educação pública brasileira.

Essa expressão foi legitimada pelo Decreto Presidencial nº 6.094/07, que lançou o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação". No ano de 2007, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE) à sociedade e o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação", através do Decreto 6.094/07 (BRASIL, 2007). Nesse ato, o MEC explicita seu compromisso com a agenda do "Movimento Todos pela Educação", chegando a importar essa nomenclatura, na denominação desse programa central, para a consolidação do PDE. Com isso, tanto o PDE como os Decretos que lhe deram suporte são resultados de



alianças políticas com o MTE. Em decorrência dessa relação entre o PDE e o MTE, as proposições do documento “Todos pela Educação: rumo a 2022”, elaborado no âmbito do movimento empresarial do MTE, foram absorvidas, no texto de formalização do PDE, evidenciando a interlocução entre ambos.

O Decreto n. 6094/2007 (BRASIL, 2007) também legitima a política privatizante proposta pelo PDE, incentivando as parcerias público-privadas em todos os níveis e modalidades de ensino. Ele (BRASIL, 2007) estabelece, no seu capítulo I, “O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, definindo um conjunto de 28 metas a serem assumidas como “compromisso” entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, ressaltando a colaboração das famílias e da comunidade.

Essas 28 metas envolvem aspectos que tratam do(a): acesso e permanência dos alunos na escola, organização do trabalho pedagógico; formação, carreira valorização dos profissionais da educação; gestão da escola e das redes de ensino; dentre outros. Destacamos as de número XXVII e XXVIII, que incentivam as parcerias público-privadas na educação:

XXVII - firmar *parcerias externas à comunidade escolar*, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas; XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das *associações de empresários*, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB (BRASIL, 2007, grifos nossos).

Essas metas propõem aos entes federados que aderirem ao “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” firmar parcerias com entidades externas à escola. Nesse sentido, podemos observar o acatamento da desobrigação do papel do Estado com o provimento e a manutenção da educação pública, transferindo-os para “entidades externas”.



Já na meta XXVIII, é explícito o consentimento de parcerias com o grupo empresarial, ao estabelecer que o comitê local⁸ deve ser formado, entre outros, por representantes das associações de empresários. Além disso, a análise dos vínculos e relações apresentados no Apêndice I permite evidenciar essa inserção contínua de pressupostos do mundo dos negócios, no âmbito da educação pública, por meio da interlocução do MTE com grupos de especialistas comprometidos com a disseminação de ideias neoliberais, como o Instituto *Milenium*,

[...] uma entidade *sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária* que promove valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira. Formada por *intelectuais, empresários e acadêmicos*, busca difundir conceitos como liberdade individual, *propriedade privada*, meritocracia, estado de direito, economia de mercado, democracia representativa, responsabilidade individual, eficiência e transparência (<http://www.imil.org.br>).

Na identificação desse Instituto, fica clara a sua filiação à lógica neoliberal, bem como a sua eminente sustentação teórica e prática. Não por acaso, ele é um núcleo na teia mundial das Redes de Políticas. É importante frisar como o objetivo principal do *Milenium* sublinha as proposições dessas ações em Rede:

o objetivo do Instituto é atingir a opinião pública, conscientizando-a sobre os valores que considera primordiais para o fortalecimento da democracia e para o desenvolvimento do país. O Instituto *Millenium* acredita que a disseminação desses princípios pode *promover a construção de ambientes institucionais adequados ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, a alocação eficiente e sem desperdícios dos recursos e assegurar que o governo se concentre na eficiência de suas funções básicas, reconhecendo seus limites, sem privilegiar indevida e injustamente pequenos grupos* (grifos nossos) (<http://www.imil.org.br>).

⁸ O Decreto do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação prevê a instituição de um Comitê Local que tem por atribuições: I - Elaborar e acompanhar o Plano de Ações Articuladas - PAR ; II - Mobilizar a sociedade para o acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.



Clara, no objetivo desse Instituto, a proposição da “solidariedade empresarial”, ou do “empreendedorismo social”, como invólucro para a grande potencialidade de geração de lucros que fundamenta e mantém tais Redes. Não sem embargo, em dezembro de 2009, o *Millenium* recebeu a certificação de OSCIP, outorgada pelo Ministério da Justiça, com a missão de promover a democracia, a economia de mercado, o estado de direito e a liberdade e manter parcerias com empresas brasileiras e internacionais, como o Grupo Líder: a Abril; a Gerdau; a Localiza; o Grupo Master: Suzano, dentre outras (<http://www.imil.org.br>).

Composto por intelectuais, empresários e acadêmicos, esse Instituto propaga ideias, por meio de artigos, reportagens e vídeos produzidos, tanto por sua equipe própria quanto por colaboradores não remunerados, que se dedicam à causa desses ideais, divulgadas aos públicos, clientes e interessados (SILVEIRA, 2013).

Se, por um lado, esse Instituto assume protagonismo na mídia e seus ideais estão refletidos, mesmo que parcialmente, no enquadramento das linhas editoriais de jornais de alta divulgação, no Brasil; por outro, ele também tem uma relação com outras formas de organizações e em parceria somam forças para disseminar esses ideais, como o caso do MTE (SILVEIRA, 2013).

Nas relações tecidas em Redes de Políticas (APÊNDICE 1), as líderes Abril; Localiza, Gerdau e a Suzano como Grupo Máster são membros fortes, seja do MTE seja do *Millenium*. Relações que entrecruzam pessoas, organizações, mantenedores, etc. Nesse rol de estratégias, o MTE está, cada vez mais, articulado e “infiltrado” nos eventos, debates e decisões oficiais, no campo das políticas públicas de educação brasileira. Assim, há diferentes ações e “relações” para a garantia da disseminação dos ideais defendidos, os quais se aproximam, por exemplo, dos interesses e visões do grupo de empresários que compõe tal Movimento e que se apoia em outros disseminadores dos princípios do mercado. Contudo, isso não significa que, nestas redes de relações, todos sigam, de forma uníssona, os mesmos posicionamentos; não há uma linearidade, mas uma dinâmica complexa e mesmo contraditória.



Para Silveira (2013), o que agrega esses empresários são os valores e princípios que estão subsumidos nos quatro principais: democracia, economia de mercado, estado de direito e liberdade. Segundo a autora (2003, p. 74), o Instituto *Millenium* qualifica-se como uma organização que defende que

cada indivíduo é responsável por seu futuro, por suas escolhas. Ao defender a eficiência e eficácia das ações e programas de governo, mensuráveis por algum critério, o Instituto Millenium se aproxima da defesa do modelo de Estado gerencial e de cidadãos-clientes que caracterizou os governos que aderiram ao Consenso de Washington, com a redução de gastos sociais: uma vertente de neoliberalismo.

Dentre os parceiros do *Millenium*, aparecem outros institutos, por exemplo, o Instituto Liberal, que se coloca como instituição voltada para a produção e divulgação de ideias das vantagens de uma sociedade que segue a ordem liberal. O que nos interessa perceber é como esses institutos se organizam e se relacionam, de modo a influenciar tanto as agendas em disputa quanto as políticas firmadas para a educação. Nessa conjuntura, são notórias as frentes que movimentos como o “Todos pela Educação” constroem para estar “naturalizados” como agentes importantes nos espaços de discussão sobre a educação. Na agenda de reuniões e eventos, por exemplo, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)⁹, que se coloca como parceiro dos poderes públicos, observamos como, muitas vezes, esse serve de ponte para as ideias empresariais chegarem ao contexto público.

Na análise das relações de parceria do CONSED, avaliamos como este, em dados momentos, se constitui em ponto de encontro entre os interesses privados, setor público e associações civis. Ele promove ações e eventos reunindo Gerdau; Fundação Victor Civita; Instituto Natura; Fundação Itaú Social, Unibanco; Fundação Santillana, entre outros, os quais se aproximam do Ministério da Educação; do Senado Federal, do INEP, além de outras

⁹ O Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed (fundado 25/09/86) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do DF. Tem por finalidade promover a integração das Secretarias, visando o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade (<http://www.consed.org.br>).



associações, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Os ideais que estão em disputa e as forças geradas influenciam nas decisões das políticas públicas de educação e apontam o interesse empresarial em estar cada vez mais presente e atuante nestes espaços para defesa das PPP's. A demarcação de seus princípios de educação, de sociedade, do papel do Estado e da sua relação com o mercado se faz em rede. Esses movimentos de relações apenas apontam uma de tantas outras estratégias neoliberais para levar os valores de mercado para o setor público, assim como encontrar, ali, espaços para novas possibilidades de lucro.

Considerações finais

Como argumentamos, no decorrer deste artigo, as políticas públicas para a educação, na atualidade, respondem aos desígnios mercadológicos que imputam à educação e à sociedade o papel de atender aos interesses privados, na perspectiva dos princípios de excelência, produtividade, efetividade, qualidade e competitividade.

Esse movimento ganhou força, no Brasil, a partir da “(contra) reforma” do Estado brasileiro, nos anos 1990, quando a esfera público-privada, constituindo uma “rede de solidariedade social”, passou a reunir sujeitos sociais em prol do “bem-comum”, através de parcerias de atendimento focalizado e com gerenciamento mercantil.

No atual contexto de reestruturação do capital, entendemos que uma das tarefas da esfera público-privada é a de apresentar-se como provedora de ações substitutas às ações estatais – com ampla potencialidade econômica – minimizando as ações sociais do Estado e fomentando, ao mesmo tempo, a geração de lucro de empresas, grupos e organizações.

Assim, “o novo negócio dos negócios”, ou o “empreendedorismo social” das empresas, devolve aos setores privado e público-privado rentabilidades financeiras, em um momento de crise do sistema produtivo pela queda na taxa de lucros. Além disso, constrói uma nova conformidade em torno do papel do Estado e da eficiência e eficácia do mercado em administrar o que é público.



Em nível mundial, esse processo ganha a configuração de Redes de Políticas, disseminando ideias, assegurando uma nova fase de produção de mais-valia para o sistema do capital e ratificando o poderio empresarial nas políticas públicas. Se antes, a mundialização do capital dava-se, especialmente, por meio do setor produtivo e financeiro, ela, agora, expande sua atuação através de ações de “quase-mercado”, nas políticas públicas sociais, aqui, em especial, sobre as que definem a gestão da educação.

Ao recortarmos o “Movimento Todos pela Educação”, objetivamos mostrar como têm se materializado, no contexto brasileiro, essas Redes de Políticas e as conseqüências dessa intervenção para as políticas públicas de educação.

Todavia, ao nomearmos este artigo por “REDES DE POLÍTICAS: configurações mundiais (as)simétricas do público-privado e sua incidência sob as políticas públicas de educação, no tempo presente”, queríamos chamar atenção não apenas para o processo em curso, mas, também, apontar que tais Redes não se organizam de maneira simétrica, e não mantêm a sua unidade perenemente. Mesmo mantendo seus princípios e objetivos fundamentais, elas ganham configurações diferenciadas, de acordo com o espaço e o tempo de atuação, e, há, também, no seu interior, uma ampla disputa de poder e de campo de atuação. Ou seja, os mesmos princípios que levam sujeitos, grupos e empresas se unirem, em prol da construção de uma sociedade hegemônica que sustente os processos de lucratividade do capital, também os separam, quando concorrem entre si e disputam espaços.

Nas “teias” dessas Redes, encontram-se em disputas organismos e instituições nacionais e internacionais, agências multilaterais, grupos e indivíduos com ação nacional e mundial, alocados, especialmente, no sistema produtivo e financeiro, mas desenvolvendo ações que incidem, direta e indiretamente, sobre os rumos da política educacional. São, portanto, ações e concepções que, ora se unificam, ora se afastam, de modo a impulsionar tal processo, o que é característico de processos sustentados, ideologicamente, pelo neoliberalismo.



A atuação do “Movimento Todos pela Educação” se consolida como veículo de difusões de ideias neoliberais, reafirmando a parceria público-privada e impetrando, na agenda brasileira das políticas de educação, mecanismos de geração de lucros, com a adoção de princípios mercadológicos que tem como propósito reorientar a gestão educacional, através de Rede de Políticas.

Referências

AFONSO, A. J. **Políticas educativas e avaliação educacional**: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Tese (doutorado) – Universidade do Porto, 1998.

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BALL, S. J. Big Policies/Small World: An Introduction to International Perspectives in Education Policy. **Comparative Education**, v. 34, n. 2, 1998, p. 119-130.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão. BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão Vozes/ Redes políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do currículo**, v. 3, n.1, p. 485-298, mar./set. 2010.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem fronteiras**, v. 6, n.2, p.10-32, jul./dez. 2006.

BALL, S. J. Performatividade, privatização e o Pós-Estado de Bem-estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n.89, p.1125-1126, set./dez. 2004.

BEGHIN, N. **A filantropia empresarial**: nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época nº 122).

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento de Educação. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Decreto 6.094/07 de 24 de abril**, Brasília, 2007.



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Professores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação
6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil**

CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências.** São Paulo: Boitempo, 2005.

DUPAS, G. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EVANGELISTA O.; LEHER R. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, ano 10, n. 15. 2012.

FALCONER, A. P.; VILELA, R. **Recursos privados para fins públicos – as grantmakers brasileiras.** São Paulo: Peirópolis: GIFE, 2001.

GENTILI, P. O que há de novo nas “novas” formas de exclusão educacional? Neoliberalismo, trabalho e educação. In: GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacros e imposição na reforma educacional neoliberal.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, A. **A terceira via.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

GOHN, M. da G. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: CLASCO, 2000.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.2, p. 24-59, jul./dez. 2003.

MARTINS, A. S. Todos pela educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil século XXI. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31. **Anais.** Caxambú, 2008. p. 1-16.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Orgs.). **A direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil.** São Paulo: Xamã, 2010.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. HOFF Jeffrey (Trad.) **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela



ReLePe



**I Encontro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação
6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil**

Educação. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 222-248.

SILVEIRA, Luciana, 1981. **Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto *Millenium*** - Dissertação (mestrado) - Campinas: [s. n.], 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Todos pela Educação: 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras**. São Paulo: Todos pela Educação, 2012.

WORLD BANK. **Learning for all: investing in people's knowledge and skills to promote development**. Washington: The World Bank Group, 2011.

